

*Discurso na cerimônia de assinatura da
Medida Provisória que altera a Lei nº 8.685,
Lei do Audiovisual*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 15 DE AGOSTO DE 1996

Senhor Ministro Francisco Weffort, da Cultura; Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Ministro Dornelles; Ministro Pedro Malan, da Fazenda; Demais Ministros de Estado, do Planejamento, Chefe da Casa Civil; Senhores Governadores Marcello Alencar, Tasso Jereissati e Divaldo Suruagy; Senhor Senador Artur da Távola; Senhores Deputados; Senadores Senhores Empresários e Profissionais representantes do setor cinematográfico e de audiovisual; Senhoras e Senhores;

Confesso que estava preocupado, aqui, enquanto falavam os Ministros. Tenho uma experiência – muitos de nós temos – que é reiterada nas campanhas eleitorais. À medida que as pessoas vão ficando importantes na luta política, são as últimas a falar. E, quando vão falar, já lhes tomaram o discurso todo. Isso, em campanha eleitoral, é fatal, porque as pessoas sabem o discurso dos outros e, até mesmo de brincadeira, um toma o discurso do outro.

Mas, depois de ter ouvido os meus Ministros aqui, só tenho que agradecer a eles, como pessoa que gosta de cinema, do audiovisual e da cultura; agradecer porque aqui houve – e aí a minha segunda

preocupação – uma nova inversão. Geralmente, o Ministro da Fazenda e o Ministro da Indústria e Comércio dizem “não” e, desta vez, disseram “sim”, com tal generosidade que eu até sussurrei, aqui, no ouvido do Ministro Malan, que ele perdeu o juízo.

Realmente, eu creio que o impulso que esses recursos poderão dar ao cinema nacional é muito significativo. É muito significativo não apenas porque existe essa facilidade que agora se apresenta, de aumentar a alíquota disponível, na dedução do Imposto de Renda, para investimento de recursos.

Não sei se deu para entender, porque o Ministro quase deixou de ser Ministro da Fazenda. Mas, no fim, foi. Ele botou um teto e usou, aí, uma linguagem mais técnica, para mostrar que a coisa não é tão simples assim. Mas o teto é generoso, porque 150 milhões de reais é uma quantia apreciável. E quem se dispuser a investir poderá ter em vista um benefício de 50 milhões.

De modo que, creio eu, efetivamente, se está conseguindo fazer aquilo que o cinema e o audiovisual merecem e precisam há muito tempo. Nós, agora, temos condições, no Brasil, de voltar a produzir filmes, a produzir material para audiovisual em geral, numa condição que, em outras épocas, nós quase chegamos lá e, de repente, esmorecemos, por falta de apoio e também por questões econômicas mais amplas.

Estamos, agora, assistindo, no Brasil, ao começo de uma nova época de investimento, de desenvolvimento. E há possibilidades efetivas também no setor da cultura, com essa enorme revolução produzida pelo audiovisual e por todas essas técnicas modernas de comunicação, desde a utilização de satélites, cabos, fibra ótica, enfim, toda essa parafernália de tecnologia disponível: isso propicia, também, uma oportunidade para transformações que dizem respeito tanto à cultura quanto à economia.

O Ministro Dornelles mostrou a importância da indústria cinematográfica nos Estados Unidos. Pois bem, ela é a segunda – ou talvez seja das mais importantes a do audiovisual também – indústria, mesmo à frente da indústria automobilística, nos Estados Unidos, o que é um sinal muito significativo.

No Brasil, em certo momento, na década de 70, 30% das salas de cinema eram para que assistissem a filmes produzidos aqui. Agora, entramos numa fase de globalização – e quem discute sobre globalização precisa ver as televisões do Brasil, hoje, e ver esses sistemas em conjunto, de cabo e tudo: há centenas de programas à disposição e pega-se o mundo todo. Algum tempo atrás, eu me lembro que havia discussões retóricas sobre se se deveria ou não permitir que alguém falasse em língua estrangeira na televisão. Hoje, quem for fazer uma discussão dessas perde tempo, porque se aperta um botãozinho e muda-se de língua com a maior facilidade. Já há até canais que se dispõem a ter tradução simultânea. Enfim, uma verdadeira revolução.

Com isso tudo, com esse ensejo imenso que se dá nesse novo mundo que está aí se formando em função da revolução dos meios de comunicação, da globalização da economia, nós temos que, realmente, apoiar a produção nacional, para não perdermos – aí, eu digo no sentido afirmativo e sem medo – a nossa identidade. Identidade não é alguma coisa que se garante escondendo a cabeça na areia. Isso não garante identidade nenhuma; isso mingua a identidade, isso empobrece. Num mundo em que aparecem, em comparação, setores contra setores, se algum segmento desse mundo se recusa a se mostrar, para se fechar, pensando que assim terá a sua identidade, isso não é mais a identidade contemporânea: é saudosismo de alguma coisa que não pode ser mais.

Temos, sim, que afirmar nossa identidade. Como? Produzindo para as novas condições, competindo nas novas condições, dando apoio a essas novas condições. E nós temos, realmente, uma identidade cultural extraordinária. Melhor, temos uma diversidade cultural extraordinária, que permite produzir um outro tipo de identidade, que não são todos os países que têm. A grande virtude do Brasil, a grande vantagem do Brasil é que nós somos diversos. Nós temos aqui uma multiplicidade de raças, de regiões, de costumes, de modos de encarar a produção cultural. Essa diversidade, não obstante, permite uma linguagem que os outros reconhecem como sendo comum a nós. Isso é uma imensa vantagem.

Mas vamos falar de outras vantagens de que dispomos, já diretamente no campo da produção, como o sol, as praias, as montanhas. Podemos utilizar isso para, até mesmo, baratear a produção, a criação de certos pólos que permitam, realmente, a produção cinematográfica, a produção de materiais audiovisuais. Nós temos essa vantagem, até física. Com essa imensa diversidade física, somada à diversidade cultural, à pluralidade de costumes e com essa capacidade, que é tão nossa, de fundir tudo isso num sincretismo que ninguém sabe onde vai dar, mas que dá em alguma coisa e essa alguma coisa é sempre nossa, talvez até suscitada pela enorme quantidade de influências que vamos recebendo – e receberemos crescentemente –, vamos ter a capacidade de elaborar culturalmente e de repor todo esse conjunto de influências, a partir de uma linguagem que é nossa.

Cultura é isso. Cultura não é ficar isolado, preservando o que já morreu. Não, não. É ter vida, é ter a capacidade de reelaborar e assimilar até mesmo aquilo que não é produzido originariamente num certo local. Não é ficar, simplesmente, guardando peças, como se fossem peças de museu aquilo que é o nosso modo de ser. Não. O nosso modo de ser é dinâmico, ele se modifica, se transforma.

Acho que, aí, já não depende do Ministro da Fazenda nem do Ministro da Indústria e Comércio. Depende um pouco mais do Ministro da Cultura, que tem tido a grande capacidade de – sabedor que é de que não depende propriamente da produção dele, nem seria possível – suscitar que o conjunto da sociedade participe das decisões. Acho que o Ministro Weffort tem demonstrado essa capacidade de dialogar, de provocar a sociedade, de permitir que haja uma porosidade entre o Estado e a sociedade. Se não houver essa porosidade, essa capacidade de interpenetração, o Estado fica uma chatice burocrática e a sociedade fica batendo às portas de alguém que é surdo, porque ela, sozinha, também não é capaz, muitas vezes, de dar os passos necessários.

Quando digo que é preciso haver essa porosidade, essa interpenetração, aí me refiro também ao fato de que não estamos aqui simplesmente para fazer favores com o dinheiro governamental. É outra

coisa. Nós estamos aqui para criar condições, com a ajuda dos produtores, de que haja também o investimento privado, para que nós, então, em conjunto, possamos fazer coisas significativas.

Já há recursos privados no Brasil. Eles têm que ser canalizados para a produção cultural. Produção cultural, hoje, significa, também, mercado. Não há uma oposição, digamos, letal entre uma produção em massa e o mercado, por um lado, e, por outro lado, a qualidade da cultura. Aqueles mais saudosos da Escola de Frankfurt, se estivessem vivos, já teriam escrito outros trabalhos, porque burros não eram, e ter-se-iam dado conta dos riscos tremendos com que muitos ou alguns dos maiores pensadores ameaçaram a cultura. Sempre se ameaça a cultura com a sua morte. Infelizmente, quem morre é o ser humano. A cultura, felizmente, não corre esse risco.

De modo que, creio, hoje não há mais esse pavor de uma produção industrial massificada, que, ao mesmo tempo, seja de qualidade; que, ao mesmo tempo, implique sensibilidade; que, ao mesmo tempo, implique um valor cultural e que, portanto, transcenda, sem desprezar, naturalmente, as forças do mercado.

Com essa concepção mais aberta dos nossos desafios, com a disposição imensa que os senhores todos e as senhoras todas têm para aproveitar oportunidades, não há dúvida nenhuma de que este ato que está aqui sendo consubstanciado na assinatura de dois documentos vai ser, depois, levado à prática. Por isso estão os governadores aqui, porque, para levar à prática, vamos precisar dos Governos Estaduais, vamos precisar do apoio dos Governos Estaduais, vamos precisar de uma inter-relação. Não se vai fazer – nem é possível – tudo em Brasília, tudo no Governo Federal. Tem que haver, aí também, uma unidade de esforços para que esses pólos de produção sejam efetivamente criados. E não pensemos, ilusoriamente, que a partir de decisões meramente burocráticas, de Brasília, as coisas se resolvam.

Por fim, quero agradecer, agradecer e recordar que, há algum tempo, em Petrópolis, eu me encontrei com alguns amigos muito ligados ao setor cinematográfico.

Fiquei muito atormentado, nesses meses todos, porque eu nunca imaginei que fosse conseguir derreter os corações de pedra da Receita e da Fazenda. Pois bem, vê-se hoje que eles não são de pedra: são corações humanos, como os de qualquer um de nós. E eu quase chorei ao ver o Ministro da Fazenda emocionado com a cultura. E ele é homem da cultura.

Muito obrigado aos senhores.